

#10

## As cerâmicas almorávidas do Castelo de Sesimbra. Dinâmicas de poder e ocupação do território

Rui Filipe Gil | Arqueólogo | rui.gil\_2@hotmail.com

Rafael Santiago | Técnico de Arqueologia | rsantiago1997@gmail.com

**Resumo:** O presente estudo procura, a partir da análise dos dados arqueológicos, estabelecer a datação para a fundação ocupacional no sítio do Castelo de Sesimbra, na primeira metade do século XII, durante o Emirado Almorávida. Sugere-se assim a possibilidade de que esta fundação se relacione com uma iniciativa do poder central para a construção de uma estrutura de controlo territorial. Procura-se entender as dinâmicas de ocupação do local e como decorreu a transição deste espaço para o controlo da coroa portuguesa.

**Palavras-chave:** Idade Média; Território de Fronteira; Castelo de Sesimbra; Cerâmica Almorávida

**Resumen:** El presente estudio busca, a partir del análisis de los datos arqueológicos, establecer la datación para la fundación ocupacional en el sitio del Castillo de Sesimbra en la primera mitad del siglo XII durante el Emirato Almorávida. Se sugiere así la posibilidad de que esta fundación se relacione con una iniciativa del poder central para la construcción de una estructura de control territorial. Se intenta entender las dinámicas de ocupación del local y cómo se ha producido la transición de este espacio al control de la corona portuguesa.

**Palabras-clave:** Edad Media; Territorio de Frontera; Castillo de Sesimbra; Cerámica Almorávide

## 1. Enquadramento geográfico

O Castelo de Sesimbra localiza-se na freguesia do Castelo, concelho de Sesimbra, distrito de Setúbal. O monumento nacional<sup>1</sup> situa-se na mais larga elevação sobranceira à Vila Marítima de Santiago, tendo as seguintes coordenadas 38°27'04.8"N 9°06'28.2"W.

A formação geológica da elevação caracteriza-se pelos calcários brancos e duros do Jurássico Superior, denominados como “Calcários da Azóia” — Carta Geológica de Portugal Folha 38B Setúbal — partilhados com as elevações sobranceiras do Moinho da Forca e Outeiro Redondo (Castro de Sesimbra). O monumento encontra-se a uma altitude média de 220 m em relação ao nível médio da água do mar, sendo que o ponto mais elevado é aquele onde encontramos a sua atual alcáçova, situada a 240 m de altura.

Durante a Idade Média o território de Sesimbra foi um importante ponto de comunicação e controlo do território, estando este fator fortemente relacionado com a sua inserção na cadeia montanhosa da Arrábida, que se estende desde Setúbal até ao Cabo Espichel. O Castelo de Sesimbra, como hoje o conhecemos, encontra-se edificado no cerro mais alto da região, permitindo um preponderante domínio visual do meio envolvente, tanto marítimo como terrestre.

As origens do Castelo são imprecisas. Christophe Picard (2002, p. 171) e Manuel Conde (2003, pp. 246, 247) defendem que a fortificação (*hisn*) havia sido edificada sob a dinastia omíada, no século IX, como resposta aos ataques escandinavos. Tal afirmação tem por base uma analogia à fortificação de Palmela, que apresenta claras evidências arqueológicas de período Omíada, assim como às escassas evidências de presença islâmica Emiral/Califal documentadas na serra da Azóia (Antunes, 1999, p.133 a 137). Contudo, a ausência de materiais arqueológicos datáveis de tais períodos no sítio do Castelo, obrigam, por enquanto, a avançar uma cronologia mais tardia, referente ao período Almorávida.

## 2. Os contextos islâmicos no Castelo de Sesimbra

Ao contrário do que seria de esperar, os vestígios arqueológicos de período islâmico não se verificaram na atual alcáçova. Os materiais exumados da escavação arqueológica realizada na alcáçova, por Eduardo da Cunha Serrão e pelos professores Susana e Vítor Oliveira Jorge, em 1972, evidenciou que “*a grande maioria das cerâmicas (...) cabem na época que se atribui a casa do alcaide*” (Jorge; Jorge; Serrão, 1975, p. 196). Ao analisarmos os mesmos materiais na reserva arqueológica de Sesimbra, concluímos que os artefactos não revelam elementos característicos islâmicos ou de influência islâmica. O castelo apresenta características arquitetónicas cristãs verificando-se na sua torre de menagem uma abóbada gótica que não pode ser atribuível a períodos tão recuados (Castelo-Branco, 1958, p. 13). Adicionalmente, a ausência de moedas islâmicas dentro do conjunto de centenas de moedas já exumadas no monumento (Serrão, 1994), bem como as escassas cerâmicas islâmicas encontradas no perímetro da cerca muralhada, levaram a que os alguns historiadores e arqueólogos, durante a centúria passada, questionassem e/ou contestassem a presença islâmica.

Os mais recentes trabalhos arqueológicos, de 2005, dirigidos por Luís Filipe Ferreira e Andreia Conceição e, de 2019/20, dirigidos por Marco Andrade e Eduardo Porfírio, no Castelo de Sesimbra, evidenciam uma clara concentração de materiais arqueológicos de cronologia islâmica na vertente poente do monumento, mais especificamente na zona noroeste.

<sup>1</sup> Decreto-Lei de 16 de Junho de 1910, *Diário de Governo*, n.º 136, de 23 de Junho de 1910.

## 2.1. **Escavação de 2005**

Será na sequência do “Projecto de Reabilitação do Monumento Nacional” que António Rafael Carvalho identifica à superfície a presença de vários artefactos cerâmicos de cronologia islâmica na área exterior da muralha adjacente à torre poente. A escavação de 2005 forneceu uma sequência estratigráfica simples, cuja potência rondava os 20 e 50 cm, sendo visível em alguns pontos das sondagens o próprio afloramento rochoso à superfície. As unidades estratigráficas consistiam de acumulações de terras e materiais, resultado do deslizamento/escorrências das terras pela encosta, muito provavelmente provenientes da zona interior da cerca muralhada, que à época ainda não havia sido construída.

As quantidades de cerâmica encontradas na área escavada são surpreendentes, sendo contabilizados um total de nove mil duzentos setenta e cinco fragmentos cerâmicos. Não foram verificados vestígios de muros que pudessem corroborar a existência de edifícios na área escavada, no entanto a larga quantidade de telhas recolhidas ultrapassa os 100 kg. Poder-se-ia conjecturar a existência de estruturas em materiais perecíveis como taipa, no entanto esta hipótese parece-nos pouco provável.

O estudo do espólio arqueológico identificou a existência de um NMI cerâmicos de 514, designadamente: 49 peças cerâmicas de levar à mesa; 341 cerâmicas de cozinha; 55 contentores de armazenamento; apenas uma candeia; 17 marcas de jogo; e cinquenta e uma peças não identificadas, das quais 35 são de cerâmica comum e outras 16 correspondem a cerâmica fina. A grande maioria da cerâmica estudada apresentava características de pasta foliácea, num total de quinhentas e onze peças cerâmicas, correspondendo a uma produção local ou regional, tendo sido identificado um total de três peças de importação com pastas claras.

## 2.2. **Escavação 2019/20**

Os dados fornecidos pela escavação de 2019/20 vieram reforçar a teoria sobre a ocupação islâmica do castelo se localizar na zona poente da fortificação. Esta escavação enquadrou-se no projeto de “*Requalificação das Infraestruturas Elétricas e de Telecomunicações do Castelo de Sesimbra*”, procedendo-se à abertura de valas para instalação de cablagem.

Ao contrário da escavação anterior, recolheu-se uma quantidade diminuta de materiais arqueológicos. As valas realizadas atingiam uma profundidade máxima de 80 cm, notando-se que os solos superiores já se encontravam afetados por intervenções anteriores, registando-se a presença de plásticos. Os materiais arqueológicos de interesse foram recolhidos no nível estratigráfico mais profundo da vala, no qual foi igualmente identificada (num trecho da vala), uma estrutura maciça com cerca de 1,60 m de largura, composta por blocos pétreos de calcário ligados por argamassa. As suas características levam-nos a crer que se trata de uma estrutura defensiva, possivelmente parte integrante de uma alcáçova primitiva. Esta estrutura é ainda visível numa planta datada da primeira metade do século XVIII (Fig. 1), da autoria de João Thomas Correa, presente no *Livro de Várias Plantas do Reino e de Castela*.

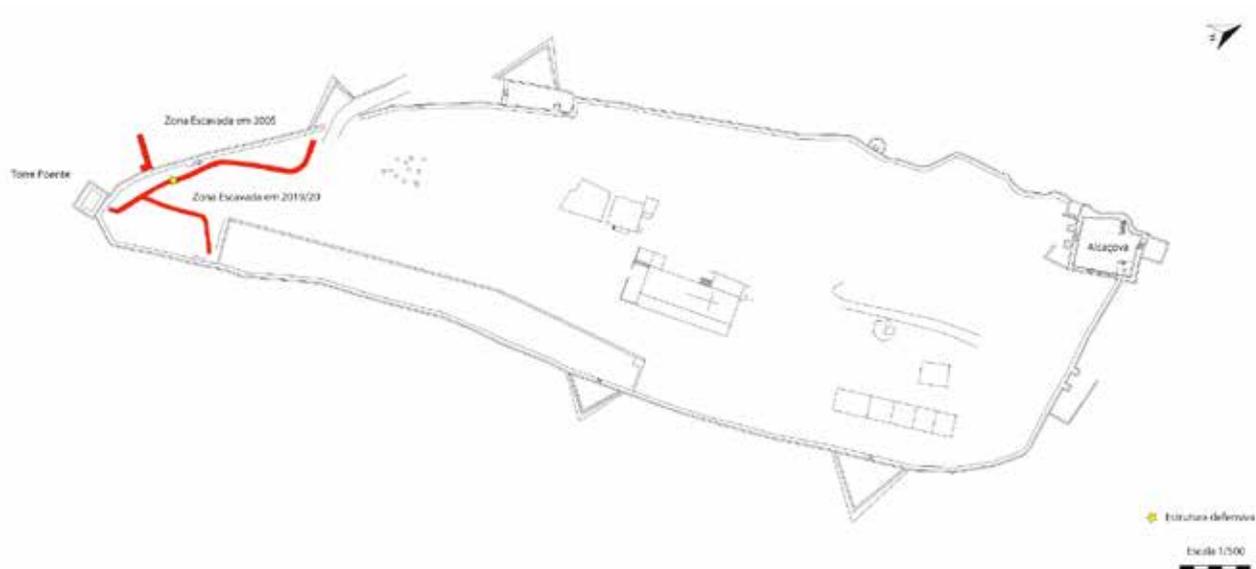


Fig. 1 – Mapa da planta do Castelo de Sesimbra, representando a vermelho as áreas de afetação das escavações de 2005 e 2019/2020. A estrela amarela aponta a localização da estrutura defensiva identificada na mais recente intervenção.

### 3. Análise do espólio

Devido à grande quantidade do conjunto cerâmico exumado nestas escavações, procurou-se seleccionar as peças representativas do conjunto.

As panelas são a forma mais abundante no conjunto (Fig. 2). No que respeita às formas, identificamos duas produções distintas, o grupo A representado pelos desenhos n.ºs 1 a 11 e o grupo B, representado pelas peças n.ºs 12 a 15. O grupo de panelas A caracteriza-se pelo seu perfil em “S”, de bordo extrovertido, com lábios de secção triangular ou circular, desenvolvendo-se num colo estrangulado e corpo globular; as suas asas são em fita, partindo do bordo para o bojo. Por sua vez, as panelas do grupo B caracterizam-se pelo perfil em saco, de bordo plano introvertido, mais estreito que o bojo. (Bugalhão; Gomes; Sousa, 2003, pp. 145 a 157).

As caçoilas/tigelas/taças representadas pelas peças n.ºs 16 ao 31 (Fig. 3), caracterizam-se por ser formas abertas, apresentando bordos introvertidos ou verticais com lábios de secção triangular ou arredondada, existindo alguns exemplares de bordo bífido para encaixe de tampa.

Os desenhos dos púcaros, peças n.ºs 32 a 38 (Fig. 4), por serem peças mais frágeis, encontravam-se mais fragmentadas, no entanto conseguiu-se verificar bordos verticais ou ligeiramente extrovertidos, de secção arredondada ou triangular; as suas asas apresentam forma de rolo ou em fita. As infusas/jarrinhas, peças n.ºs 39 a 44, à semelhança dos púcaros, encontravam-se muito fragmentadas, apresentando o característico colo alto. Os cântaros, peças n.º 45 a 50, apresentam um bordo introvertido com lábio de secção oval e colo ligeiramente curvo.

As tampas/testos, desenhos n.ºs 51 a 67 (Fig. 5), apareceram numa quantidade abundante no registo arqueológico. Apresentam uma larga variedade formal, como se pode observar nos exemplares seleccionados. Os alguidares, peças n.ºs 68 a 70, caracterizam-se pelas suas grandes dimensões, apresentando uma ligeira aba plana e desenvolvendo-se numa forma troncocónica. Foi apenas possível identificar um fragmento de bordo de uma candeia, peça n.º 71. As peças de jogo também se verificaram em abundância no registo arqueológico, peças n.ºs 72 a 77, sendo reaproveitamentos de paredes de cerâmica comum, com alguns

exemplares criados a partir fragmentos de cerâmica de construção.

Relativamente à decoração e acabamento das peças, a utilização de pintura barbotina a branco é predominante, verificando-se igualmente em alguns exemplares a aplicação de pequenas incisões na zona do colo da peça. Verifica-se a existência de bojos de talha/cântaro com a presença de decoração estampilhada e incisa, peças n.ºs 80 a 83 (Fig. 6). Registou-se um fragmento de bojo decorado a corda seca parcial, peça n.º 79. Por último, é importante referir a presença de uma asa decorada com uma Mão de Fátima desenhada em barbotina branca, peça n.º 78.

Conseguimos encontrar paralelos para o conjunto cerâmico apresentado, referentes à primeira metade do século XII, no sítio da Rua dos Correeiros em Lisboa (Bugalhão, Gomes e Sousa, 2003, pp. 159-161).

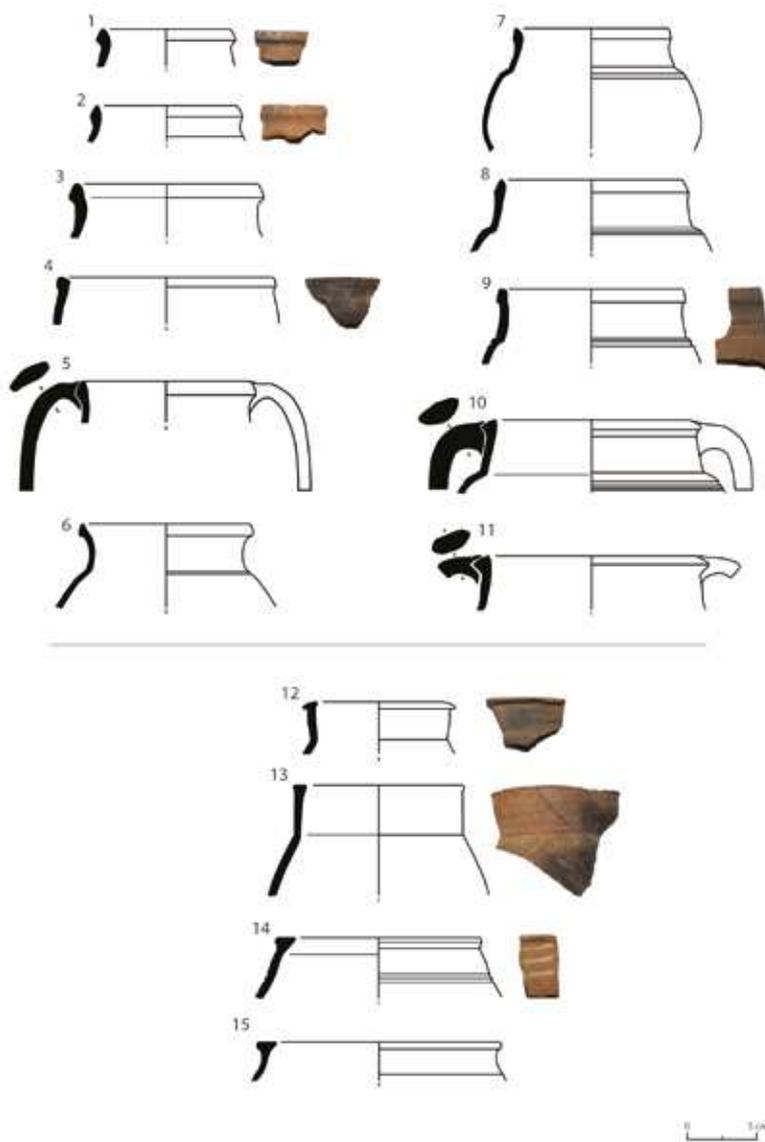


Fig. 2 – Conjunto representativo das panelas, com uma divisão em dois grupos tipológicos: desenhos 1 a 11 (Grupo A) e desenhos 12 a 15 (Grupo B).

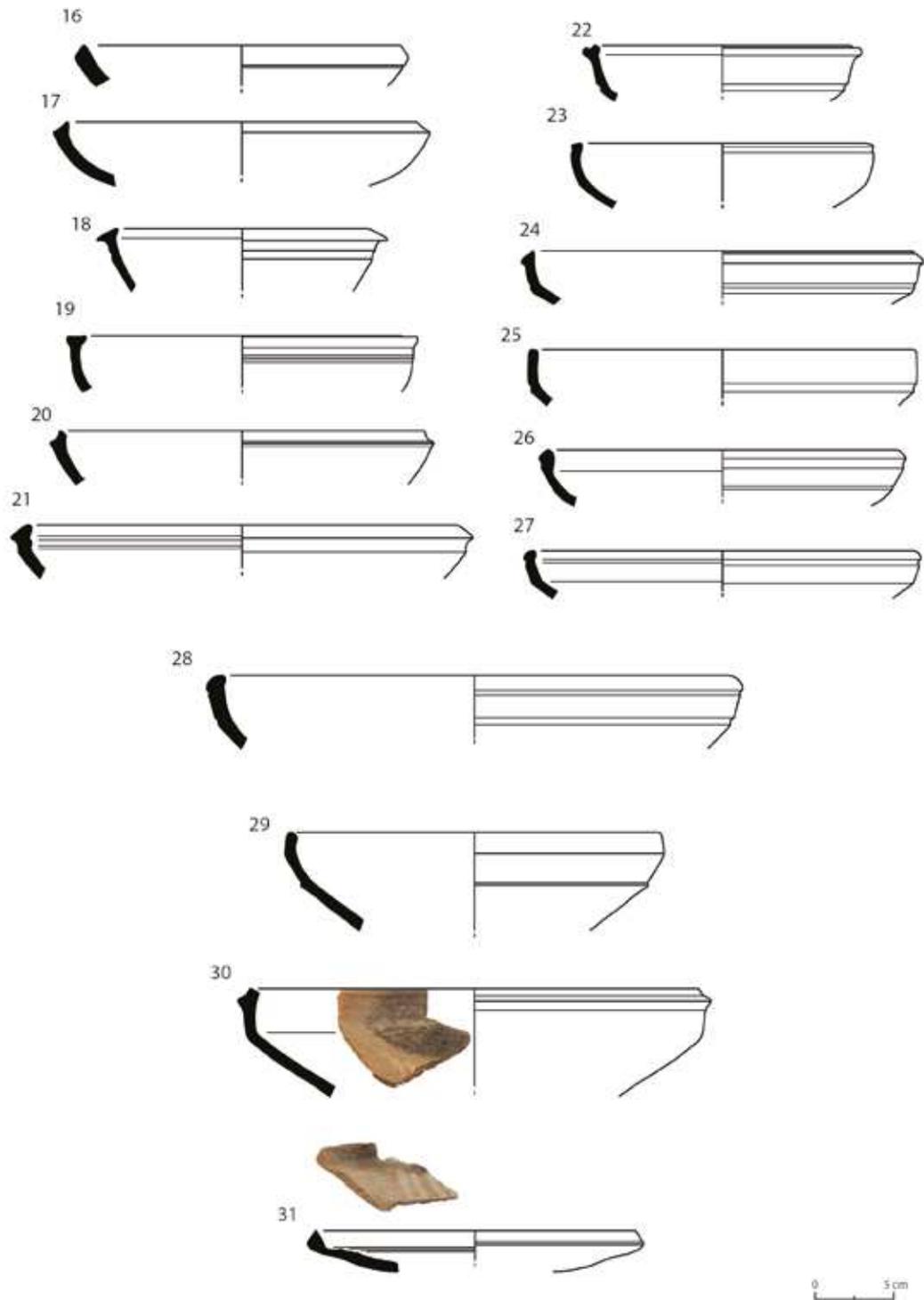


Fig. 3 – Conjunto representativo das caçoilas, tigelas e taças (desenhos 16 a 31).

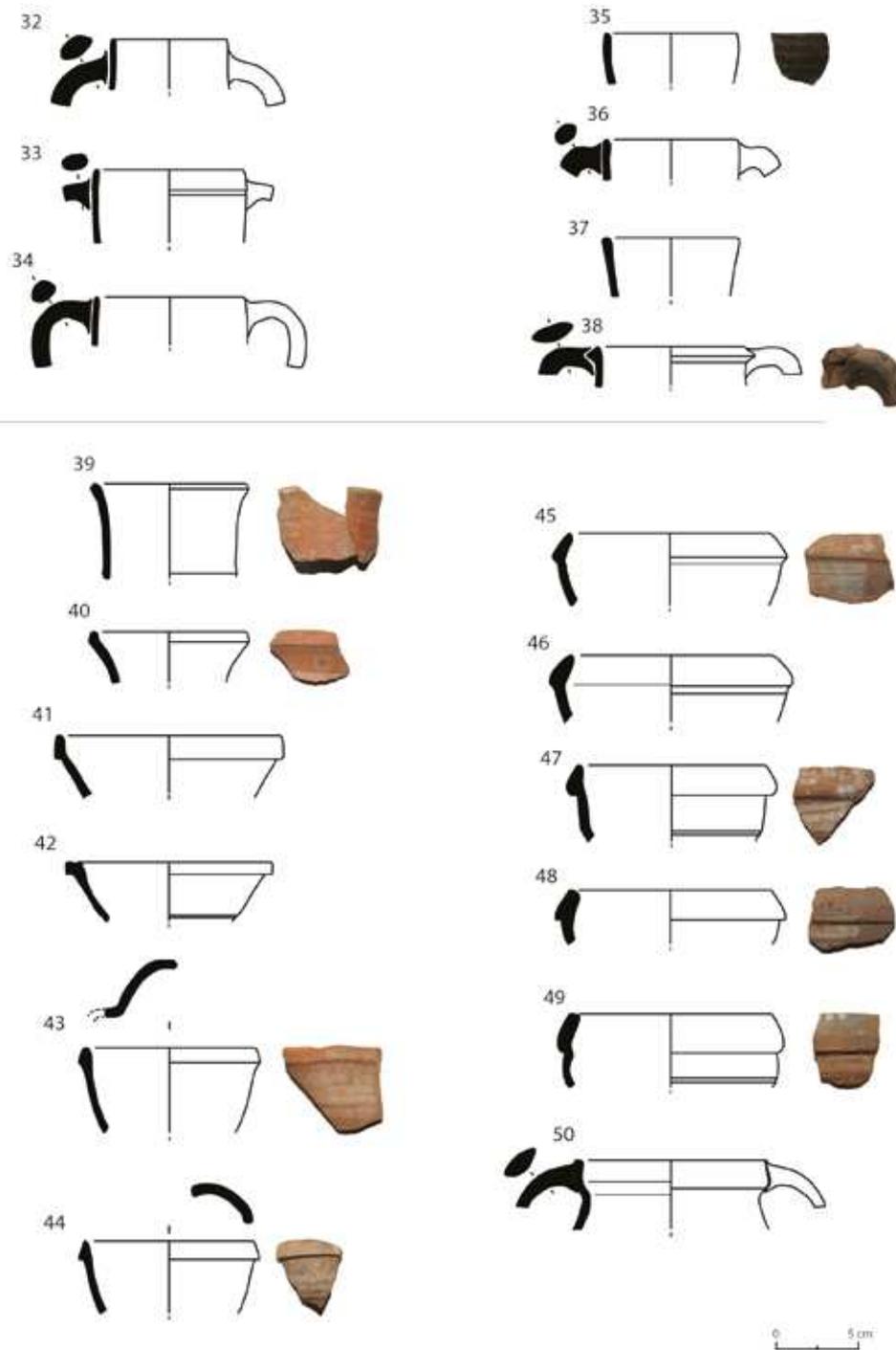


Fig. 4 – Conjunto representativo de: púcaros (desenhos 32 a 38); infusas/jarrinhas (desenhos 39 a 44) e cântaros (desenhos 45 a 50).

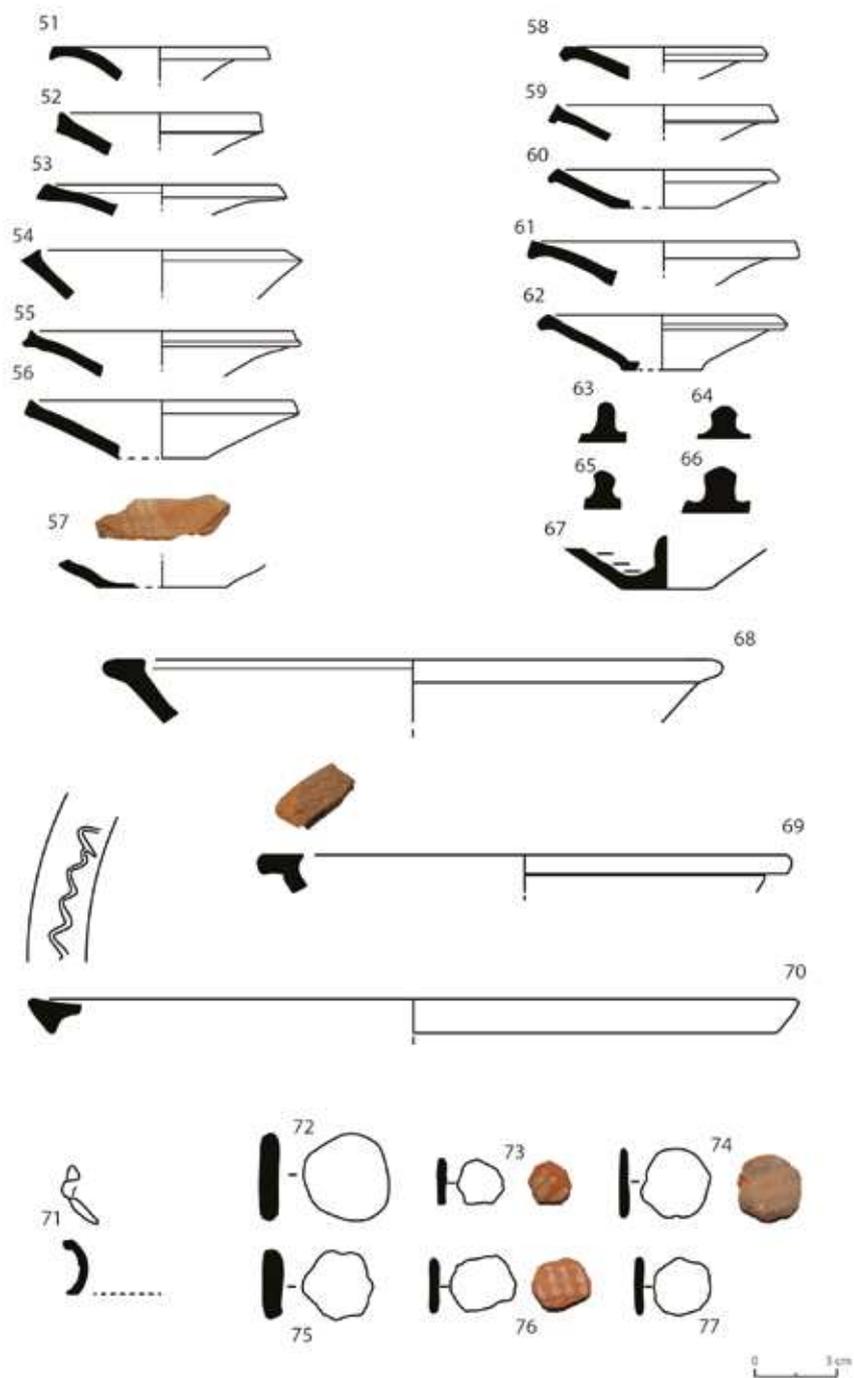


Fig. 5 – Conjunto representativo de: tampas/testos (desenhos 51 a 67); alguidares (desenhos 68 a 70); uma candeia (desenho 71) e peças de jogo (desenhos 72 a 77).

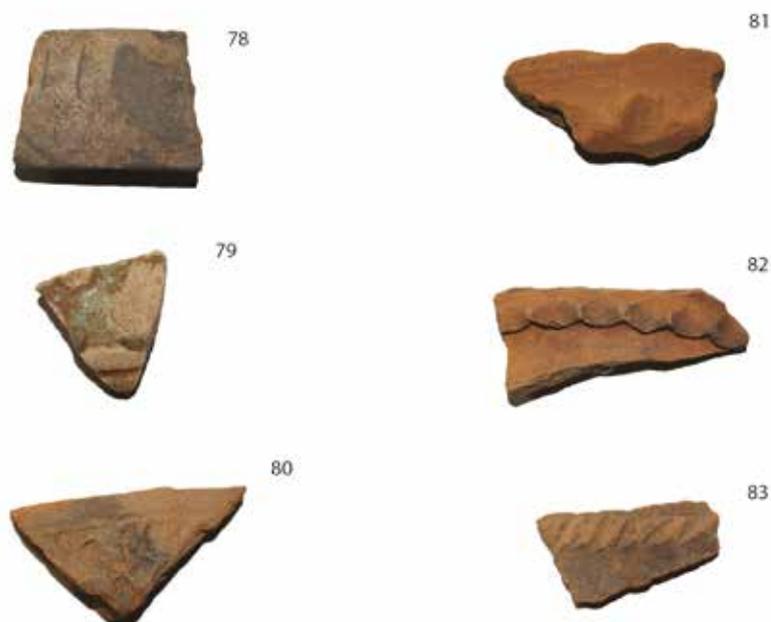


Fig. 6 – Pormenor de algumas das tipologias decorativas identificadas, nomeadamente: pintura a barbotina branca (fragmento 78); incisão e estampilhagem (fragmentos 80 a 83); técnica de corda seca parcial (fragmento 79) e uso de iconografia, neste caso religiosa, através da representação de uma mão de Fátima (fragmento 78).

#### 4. Ilações sobre as dinâmicas de ocupação do sítio do Castelo

É, assim, relevante realçar as alterações conjunturais da fortificação, sendo a atual alcáçova construída na ponta oposta à ocupação primitiva do monumento. De acordo com os materiais apresentados, podemos aferir a existência de uma ocupação almorávida, com alguma expressividade para o século XII, na zona poente do sítio do Castelo de Sesimbra. No entanto, a existência de uma fortificação islâmica é ambígua pela falta de elementos arqueológicos que o comprovem. Em qualquer caso, avançamos com a hipótese de que será bastante provável a existência de um *hisn* modesto na zona poente do monumento, ou pelo menos uma torre de vigia (atual torre poente?).

Sabe-se que durante o governo do Emir Ali ibn Yusuf (1106-1143) sucedeu-se uma proliferação de estruturas militares no al-Andalus, onde a ocupação almorávida de Sesimbra se pode enquadrar. Esta ocupação teria como principal objetivo a vigilância e defesa da costa, sendo o sítio um local sobranceiro de controlo e dissuasão de ataques marítimos. Picard faz referência a alguns episódios de batalhas no atlântico, travadas entre frotas muçulmanas e portuguesas ao longo do século XII (Picard, 1997, p.78). O controlo do território de Sesimbra torna-se assim essencial pelo preponderante domínio visual do meio envolvente, promovendo uma vantagem pela observação do estuário do Tejo, Atlântico e entrada no estuário do Sado. Do mesmo modo, permitindo a comunicação com os Castelos de Sintra, Lisboa, Almada e Coima-a-Velha.

Christoph Picard e Isabel Cristina Fernandes (1999, p. 85) apontam a hipótese da existência de um *hisn* modesto no local que não mereceu qualquer alusão nas fontes árabes. Próximo do sítio do Castelo de Sesimbra verifica-se o topónimo Almofala “o acampamento” (Machado, 2003, vol. 1, p. 106). Até ao momento não se verificaram quaisquer artefactos de cariz militar associados a estas cronologias, pelo que o carácter militar deste “acampamento” será pouco provável. Caso se dê a hipótese de estarmos perante uma ocupação almorávida decorrente de uma iniciativa do poder central pelo governo do Emir Ali ibn Yusuf

durante a primeira metade do século XII, posteriormente abandonada durante o início da segunda metade do mesmo século, (acontecimento consequente da conquista de Lisboa, Sintra, Almada e Palmela) o topónimo de Almofala poderá não estar associado a um carácter militar, mas sim a uma ocupação pontual de poucas décadas, semelhante à realidade temporal de um acampamento.

O êxodo islâmico ocorrido no sítio do Castelo de Sesimbra encontra-se documentado pelos achados encontrados na zona compreendida entre o Sentrão e Azoia, igualmente datados da segunda metade do século XII, (Carvalho e Fernandes, 1996; Marinho, 1968; Martínez Núñez, 2019). Será nos territórios a oeste do Castelo que as populações outrora aí estabelecidas se vieram a fixar.

Apresentando uma função meramente defensiva de vigilância da costa e comunicação com os Castelos da península de Lisboa, Almada e Coia-a-Velha, o sítio de Sesimbra perdia a sua função estratégica para o poder islâmico. Em oposição, Sesimbra mostrava-se agora um componente estratégico na defesa cristã de ataques marítimos provenientes de Sul.

A primeira referência histórica da fortificação dá-se na Crónica dos Reis de Portugal, de 1419: *“E no anno de MCLXV (1165) entre a tomada de Beja & Euora, sendo de idade de setenta & hũ annos, ouuindo que Cezimbra estaua falta de gente, & que com pouca dificuldade a tomaria, foi sobre ella. E posto que a villa, por o castello que tinha, era mui forte, a combateo, & tomou por força.”* (Leão, 1975, p. 85) – No entanto, a crónica de Rui Pina levanta algumas questões referentes à realidade da referida fortificação. O facto de a fortificação ser caracterizada por “muy forte” sendo igualmente apontada a existência de uma “vila” e “castelo”, leva-nos a questionar se o autor da crónica não está a fazer uma referência direta à fortificação existente durante a escritura dos textos já no século XV. Deste modo, não quereria excluir a fortificação, imponente à época, do conjunto das famosas conquistas realizadas por D. Afonso Henriques.

A segunda referência feita à fortificação dá-se no capítulo *“De cousas, que há ElRey D. Sancho em seu reynno socederam depois do apartamẽto da Rainha Dona Thareja sua filha atẽ seu falecimento”* da Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Sancho I: *“(…) ElRey mãdou reformar, e fortalecer ho Castello de Palmela, e assi de novo ho de Cezimbra (...)”* (Ferreira, 1727, p. 49). A incoerência entre os dois escritos só aumenta as dúvidas sobre a veracidade dos acontecimentos relatados na conquista de Sesimbra por D. Afonso Henriques. Da mesma forma Este apontamento restabelece o início da ocupação cristã do Castelo no reinado de D. Sancho, enquadrando-se nos esforços do monarca na consolidação do poder cristão na Península de Setúbal.

Existe durante o reinado de D. Sancho I, por documento régio de 1199, a tentativa de povoamento da região de Sesimbra com recurso a cruzados francos (Oliveira, 2019, p. 314). Será, com a atribuição da carta de foral, em 1201, que o rei procura potenciar o estabelecimento de populações nesta zona, ficando a população sob o domínio da coroa. O foral de Sesimbra (Chorão, 2001) segue o modelo de Ávila-Évora, atribuindo largos benefícios fiscais, através dos quais o rei procurava potenciar o crescimento económico e populacional desta região, o que por sua vez, poderá indiciar uma dificuldade na manutenção de populações em Sesimbra e consequentemente uma fraca densidade populacional. Será uma das poucas cartas de foral, com o modelo referido, atribuídas a uma povoação no litoral.

A subordinação de Coia-a-Velha e a emergência de Sesimbra enquadram-se na consumação da reestruturação do quadro geoestratégico da Península de Setúbal levado a cabo por D. Sancho I (Oliveira, 2019, pp. 314 e 315). Como já foi referido, a defesa da costa foi tomada como uma prioridade pela autoridade régia, sendo o sítio do Castelo de Sesimbra um local sobranceiro de controlo e dissuasão de ataques marítimos pelo vale de Sesimbra (Fernandes, 2004, p. 54).

## 5. Considerações finais

Em modo de conclusão, procuramos retificar, de acordo com as evidências arqueológicas, uma presença islâmica Almorávida na primeira metade do século XII no Castelo de Sesimbra, ao contrário do que até ao momento tem sido conjeturado para o período Omíada, de que não existem vestígios arqueológicos.

Corrobora esta hipótese o facto de as peças apresentadas revelarem uma homogeneidade formal e decorativa com peças semelhantes exumadas no núcleo de produção oleira islâmica da Rua dos Correeiros, cuja interrupção de laboração da olaria coincide com a conquista cristã de Lisboa (1147). É credível que seja daí a proveniência deste conjunto, porém seriam necessárias análises arqueométricas para a confirmação desta hipótese. No entanto, é relevante notar a ausência de cerâmicas de características Almóadas.

A existência de um pequeno *hisn* ou uma simples torre de vigia será uma realidade que podemos conjeturar na zona poente do monumento. Esta construção será uma provável iniciativa do poder central do governo do Emir Ali Ibn Yusuf (1106-1143) decorrente da necessidade de vigilância do meio envolvente pela incursão de expedições marítimas cristãs em território Almorávida. Contudo, parece que a mesma ocupação terá sido abandonada, em meados do século XII, o que poderá explicar a referência ao topónimo Almofala, “o acampamento” para a zona próxima da elevação do Castelo, relacionando-se não com um acampamento militar, mas sim com uma ocupação pontual de poucas décadas, semelhante à realidade temporal de um acampamento.

A estrutura de características militares identificada na escavação de 2019/2020, dirigida por Marco de Andrade, poderá corresponder a uma alcáçova primitiva, seja de cronologia islâmica ou referente ao momento de construção de uma fortificação já em período cristão, possivelmente a fortificação referida na *Chronica do muito alto, e muito esclarecido Príncipe D. Sancho I Segundo Rei de Portugal* (Ferreira, 1727, p.49). Porém, os elementos arqueológicos associados não permitem a atribuição de uma cronologia fiável, sendo necessárias intervenções futuras para averiguar a esta possibilidade.

Será com a conquista de Sintra, Lisboa, Almada e Coima-a-Velha que Sesimbra perde a sua função estratégica para o poder islâmico, tornando-se num elemento essencial de defesa e vigilância para o poder cristão. O êxodo das populações islâmicas para oeste promove a desertificação populacional desta zona. Este fenómeno foi combatido pelos demonstrados esforços do monarca D. Sancho I, com a tentativa de povoamento da região com recurso a cruzados francos e mais tarde com a doação de carta de foral de modelo Ávila-Évora à população de Sesimbra.

## Bibliografia citada

- ANTUNES, Miguel Telles (1999) – Restos de tesouro de moedas islâmicas nas imediações da Azóia (Sesimbra). *Arqueologia Medieval*. Porto/Mértola. 6, pp. 133-137.
- BASTO, Artur de Magalhães (1945) – *Crónicas dos Reis de Portugal*. Porto: Livraria Civilização, p. 157.
- BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Ana Sofia; SOUSA, Maria João (2003) – Vestígios de produção oleira islâmica no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa. *Arqueologia Medieval*. Porto/Mértola. 8, pp. 129-191.
- CARVALHO, António Rafael de; FERNANDES, Isabel Cristina (1996) – Algumas Cerâmicas Muçulmanas da Lapa do Fumo (Sesimbra). *Sesimbra Cultural*. Sesimbra. 5, pp. 21-23.
- CASTELO-BRANCO (1958) – Castelo de Sesimbra. *Mensário da casa do povo*. Sesimbra. XIII(148), pp.12-14.
- CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte (2001) – *Forais de Sesimbra. Memórias de um Concelho*. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra.
- CONDE, Manuel (2003) – Sesimbra sobre a costa do mar (séculos XII-XIII). *Arquipélago História*. Ponta Delgada. Série II, 7, pp. 246-247.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2004) – *O Castelo de Palmela. Do Islâmico ao Cristão*. Palmela: Edições Colibri; Câmara Municipal de Palmela.
- FERREYRA, Miguel Lopes (1727) – *Chronica do muito alto, e muito esclarecido Príncipe D. Sancho I Segundo Rei de Portugal. Composta por Ruy de Pina, fielmente copiada do seu original por Miguel Lopes Ferreyra*. Lisboa: na Officina Ferreyrinha.
- JORGE, Susana Oliveira; JORGE, Vítor Manuel Oliveira; SERRÃO, Eduardo da Cunha (1975) – Castelo de Sesimbra: Relatório de uma sondagem preliminar realizada na ariá da antiga casa de habitação do alcaide-mor (princípios do sec. XVI). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. I, pp. 181-225.
- LEÃO, Duarte Nunes de (1975) – *Crónicas dos Reis de Portugal*. Porto: Lello e Irmão, pp. 83-85.
- MACHADO, José Pedro (2003) – *Dicionário onomástico e etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MARINHO, José Rodrigues (1968) – *Moedas Muçulmanas de Beja e Silves*. Sesimbra: Centro de Estudos do Museu Arqueológico Municipal de Sesimbra, Câmara Municipal de Sesimbra.
- MARTÍNEZ NÚÑEZ, Maria Antonia (2019) – La placa de Sesimbra y otras manifestaciones epigráficas almorávidas y almohades al Sur del Tajo. In FERNANDES, Isabel Cristina; BRANCO, Maria João, coord. – *Da conquista de Lisboa à conquista de Alcácer 1147-1217. Definição e dinâmicas de um território de fronteira*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 111-143.
- OLIVEIRA, José Augusto (2019) – *Vigiar o Tejo, vigiar o mar: A definição dos concelhos de Almada e Sesimbra*. In FERNANDES, Isabel Cristina; BRANCO, Maria João, coord. – *Da conquista de Lisboa à conquista de Alcácer (1147-1217. Definição e dinâmicas de um território de fronteira*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 306-315.
- PICARD, Christophe (1997) – *L'Océan Atlantique musulman: de la conquête arabe à l'époque almohade*. Paris: UNESCO; Maisonneuve & Larose.
- PICARD, Christophe; FERNANDES, Isabel Cristina (1999) – La défense côtière au Portugal à l'époque musulmane: l'exemple de la presqu'île de Setúbal. *Archéologie Islamique*. 8-9, Paris: Éd. Maisonneuve & Larose, pp. 67-94.
- PICARD, Christophe (2002) – L'évolution du rôle et de la place des *husûn* dans le Gharb al-Andalus au regard de l'histoire: Quelques hypothèses. In *L'espace rural au Moyen Âge: Portugal, Espagne, France (XII-XIV siècle)*. Rennes: Presses universitaires de Rennes pp. 171. [Consult. 28 Ago. 2020] Disponível em: <https://books.openedition.org/pur/19888>.
- SERRÃO, Eduardo da Cunha (1994) – *Carta arqueológica de Sesimbra: Vilafranquiano médio até 1200 d.C.* Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra.



